

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.639 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2003

Partidos definem comando das comissões permanentes

Em reunião de mais de duas horas, presidida por José Sarney, houve acordo para a distribuição dos cargos de presidente e vice, respeitando a proporcionalidade das bancadas. Líderes manifestaram também o desejo de acelerar a tramitação das reformas da Previdência, tributária, política e do Judiciário.

PÁGINAS 2 E 3



Jane de Araújo

Encontro conduzido por Sarney decidiu a participação de cada partido no comando das comissões. Os nomes apresentados para os cargos de direção serão submetidos a votação no dia 19

ORÇAMENTO

Viana elogia decisão de preservar os investimentos na área social

Ao deixar os investimentos sociais fora do corte no Orçamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu, de maneira clara e objetiva, sua firmeza no envolvimento de todo o governo com essa área. A opinião é do senador Tião Viana, líder do PT no Senado.

PÁGINA 4

Governo deve dizer claramente que corte é necessário, afirma Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, rebate a afirmação de que teriam sido subestimados R\$ 8,9 bilhões nos gastos para este ano. Segundo ele, o governo precisa sair de um comportamento ambíguo e dizer claramente que o corte no Orçamento é necessário porque há uma guerra iminente e a dívida interna brasileira não pode explodir.

PÁGINA 4

REUNIÃO DE LÍDERES

Acordo define presidentes de comissões

Em reunião tranqüila, de mais de duas horas, conduzida pelo presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), os líderes das bancadas no Senado decidiram a distribuição do comando das comissões permanentes da Casa e das comissões mistas (que envolvem Câmara e Senado). A maioria dos nomes que vão integrar a direção desses colegiados já ficou definida durante a reunião. Alguns cargos, contudo, não tiveram os nomes dos seus futuros ocupantes anunciados, dependendo ainda de uma definição da cúpula do partido beneficiado.

De acordo com o que ficou acertado na reunião dos líderes, a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) ficou para o PFL, que indicou para exercer o cargo o senador Antonio Carlos Magalhães (BA). A vice-presidência daquela comissão será ocupada pelo PMDB, que escolheu para o cargo o senador José Maranhão (PB).

A presidência da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) ficará com o PMDB, que será ocupada pelo senador Ramez Tebet (MS), ex-presidente do Senado. Também ficará com o PMDB a presidência da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), mas o partido ainda não escolheu um senador para o cargo.

Pelo acordo entre as lideranças, a presidência da Comissão de Infra-Estrutura (CI) ficará para o PFL, que indicou para o cargo o senador José Jorge (PE). A vice-presidência daquela comissão ficou para o PPS, que ainda não decidiu quem irá ocupá-la.

A presidência da Comissão de Relações Exteriores (CRE) ficará para o PT, que indicou para ocupá-la o senador Eduardo Suplicy (SP). Já a presidência da Comissão de

Assuntos Sociais (CAS) será destinada ao PSDB, que escolheu para o cargo o senador Romero Jucá (RR), ex-líder do governo no Senado. O partido também indicou sua única senadora, Lúcia Vânia (GO), para integrar a comissão encarregada da concessão do Prêmio Bertha Lutz. O diploma é conferido anualmente a mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher.

A presidência da Comissão de Educação (CE) ficará com o PDT, que até ontem à noite ainda não havia anunciado nome para o cargo. A Comissão de Legislação Participativa (destinada a formular propostas de mudanças na legislação, oferecidas pela sociedade) será presidida pelo senador Magno Malta (PL-ES).

A vice-presidência da CE ficará com o PMDB, que ficou também com a presidência da Subcomissão do Idoso (da CE), indicando para o posto o senador Sérgio Cabral (RJ).

Pelo que ficou acertado na reunião, a presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) cabe-

Novos presidentes das comissões permanentes	
	Assuntos Econômicos (CAE) Ramez Tebet (PMDB-MS)
	Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
	Assuntos Sociais (CAS) Romero Jucá (PSDB-RR)
	Relações Exteriores (CRE) Eduardo Suplicy (PT-SP)
	Serviços de Infra-Estrutura (CI) José Jorge (PFL-PE)
	Legislação Participativa Magno Malta (PL-ES)
	Mista de Orçamento a ser indicado pelo PMDB
	Educação (CE) a ser indicado pelo PDT
	Fiscalização e Controle (CFC) a ser indicado pelo PMDB
	Conjunta do Mercosul a ser indicado pelo PT

rá a um senador do PMDB, ficando a relatoria para um deputado do PT, segundo a regra estabelecida. Entretanto, à saída da reunião de líderes, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) admitia, a partir de novos acordos, inverter as posições, deixando a presidência da Comissão de Orçamento para um senador do PT e a relatoria para um deputado do PMDB. Segundo ele, o assunto será discutido nos partidos e decidido nas

próximas horas.

Também pelas regras normais previstas, segundo explicou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul ficará com o PT e a sua relatoria, com o PMDB.

ALTERNÂNCIA

O acordo feito pelos partidos para o preenchimento dos cargos de direção das comissões cobrirá um período de dois anos. Findo esse prazo, segundo ficou acertado na reunião, haverá uma alternância partidária no preenchimento dos cargos de comando nas comissões, para mais dois anos.

Segundo o senador Renan Calheiros, os nomes apresentados pelos partidos para os cargos de direção das comissões serão submetidos à votação dos seus integrantes, no próximo dia 19, quando os partidos já terão indicado os nomes de todos os senadores que irão compor cada uma das comissões.

Para o senador José Agripino (PFL-RN), o rateio das posições de comando nas comissões, feito pelas lideranças, expressou a proporcionalidade das bancadas no Senado e a vontade dos eleitores.

Nessa mesma direção, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que todos os partidos foram aquinhoados nos cargos de comando das comissões, dentro de sua proporcionalidade. Para Renan Calheiros, a reunião de líderes foi "muito boa, civilizada e democrática".

Participaram da reunião de líderes, presidida pelo presidente Sarney, os senadores Renan Calheiros, Arthur Virgílio (PSDB), José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Tião Viana (PT), João Capiberibe (representando a liderança do PSB) e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante.



Jane de Araújo

Segundo José Agripino, a reunião dos líderes foi "pacífica e ordenada"

José Agripino elogia clima de entendimento

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), classificou como "pacífica e ordenada" a reunião de líderes partidários para indicação dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Casa. Seguindo a proporcionalidade das bancadas no Senado, coube ao partido fazer a escolha de sua primeira comissão em segundo lugar, já que reúne a segunda maior bancada, com 18 senadores. Nesse processo, foi confirmado o nome do senador Antonio Carlos Magalhães (BA) para a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Após o acordo feito para a CCJ, o PFL indicou o senador José Jorge (PE) para a presidência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Quanto aos vice-presidentes e demais integrantes das comissões permanentes, José Agripino sustentou que a escolha também foi norteada pelo critério da proporcionalidade partidária. E informou que a eleição dos novos presidentes e vice-presidentes dos colegiados técnicos para o biênio 2003/2004 está marcada para a próxima quarta-feira (19), às 17h.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

REUNIÃO DE LÍDERES

Mercadante quer acelerar exame das reformas

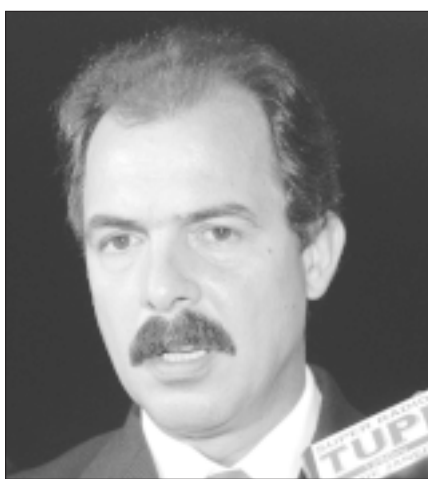
O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, disse ontem estar adotando uma série de medidas que poderão acelerar o ritmo de apreciação das reformas estruturais desejadas pelo governo, destacando-se, entre elas, a do Judiciário, do sistema político-eleitoral, da Previdência e do sistema tributário.

Segundo o senador, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), já concordou em devolver para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de reforma do Judiciário, que atualmente aguarda votação em Plenário.

Naquela comissão, segundo explicou Mercadante, os senadores eleitos no último pleito poderão discutir e apresentar emendas à proposta, que teve como relator, na legislatura passada, o então senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ao ressaltar a importância da reforma do Judiciário, Mercadante disse que o governo já pediu parecer sobre a proposta em tramitação no Senado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que no próximo dia 18 reúne-se com a bancada governista para discutir o assunto.

Após essa reunião, o senador quer propor, por meio de requerimento, a vinda do ministro da Justiça ao Plenário do Senado, para uma discussão mais ampla do tema.

O parlamentar destacou, ainda, que o presidente Sarney já determinou a realização de um levantamento sobre todas as propostas que existem na Casa referen-



Mercadante destacou medidas como levantamento de propostas em tramitação

tes à reforma político-partidária, a fim de que, com esse material reunido, a discussão sobre o tema possa fluir de forma mais rápida.

PREVIDÊNCIA

O mesmo procedimento, explicou Mercadante, será adotado com relação à reforma da Previdência, com o comparecimento ao Senado, no próximo dia 18, do ministro Ricardo Berzoini, da Previdência e Assistência Social, para uma reunião com a bancada governista. Em seguida, o ministro poderá ir ao Plenário.

Mercadante disse que também deverá propor o comparecimento ao Plenário do Senado, provavelmente no dia 19, do ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores. O ministro faria uma exposição e debateria com os senadores os principais problemas do cenário internacional que afligem o Brasil, destacando-se aí a iminência de uma nova guerra no Golfo Pérsico, as questões comerciais relativas ao Mercosul e à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), entre outros temas relevantes.

Renan Calheiros propõe tramitação simultânea

O líder do PMDB no Senado, senador Renan Calheiros (AL), defendeu ontem a antecipação das reformas estruturais encaminhadas pelo novo governo. As discussões no Congresso Nacional sobre as mudanças na Previdência e no sistema tributário nacional, bem como a reforma política que se encontra na Câmara dos Deputados, devem, na visão dele, ser concomitantes.

– Se evoluírem paralelamente, será melhor – observou.

Calheiros considerou que o governo Lula está sendo criterioso e ortodoxo na condução da sua política econômica. Dentro dessa linha de ação, o senador acha que

a equipe econômica tem que lançar mão de mecanismos como cortes e contingenciamento para ajustar o Orçamento às novas estimativas de receita da União.

– À medida que a receita estimada não se concretiza e o déficit orçamentário aumenta, é preciso adotar medidas como o corte de R\$ 14 bilhões anunciado pelo governo – disse.

O senador reafirmou, ainda, a posição de seu partido de ajudar na governabilidade do país, dando sustentação ao governo Lula para a aprovação das reformas.



PMDB dará sustentação para aprovar propostas, afirma Renan Calheiros

Mozarildo defende transição para novas regras

O líder do PPS, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), propôs ontem, após participar da reunião de líderes para definir a composição das comissões técnicas da Casa, que as reformas estruturais caminhem juntas no Congresso Nacional. Ele lembrou que a reforma política já passou pelo Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados.

As duas outras reformas, a da Previdência e a tributária, são prioridades do governo, disse o senador. Ele ressaltou que seu partido também pregou a reforma da Previdência na última campanha política, e defende a busca de alternativas para sair do impasse em que se encontra o sistema. O parlamentar alertou,



José Cruz

Para Mozarildo, reforma da Previdência deve respeitar direitos adquiridos

no entanto, que “não adianta pensar em mudar o atual sistema de maneira radical e abrupta”.

– Assim não vamos chegar a bom termo – disse.

A posição do líder do PPS é de que a reforma da Previdência deve ser conduzida com respeito

aos direitos adquiridos e às expectativas de direito, com a definição de regras de transição adequadas.

– Temos que fazer um período de transição para tornar o modelo previdenciário adimplente e evitar sua derrocada – afirmou.

PL faz presidente da Comissão de Legislação Participativa e vice da CRE

Malta assume presidência da Comissão de Legislação Participativa



O resultado da reunião das lideranças partidárias para escolha dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes foi considerado satisfatório pelo líder do PL no Senado, Magno Malta (ES). Integrante do bloco de apoio ao governo Lula, coube ao partido a vice-presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e a presidência da Comissão de Legislação Participativa.

– O PL está afinado com o PT,

ocupando a vice-presidência da República, e faz parte do bloco do governo como soldado das reformas demandadas pelo país – declarou Malta.

A aliança firmada com o Partido dos Trabalhadores também vai garantir ao partido vaga de titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em relação aos trabalhos das comissões temáticas, Magno Malta acredita que reformas como a política, a tributária e a da Previ-

dência devem movimentar os debates nos colegiados.

– Se o país não passar por essas reformas, nosso futuro será negro – declarou, apostando também na apresentação de uma “agenda positiva” pelo Senado.

Na tarde de ontem foi definido o nome do senador Magno Malta para a presidência da Comissão de Legislação Participativa. A bancada do PL na Casa conta ainda com os senadores Aelton Freitas (MG) e Marcelo Crivella (RJ).

Virgílio: governo FHC não errou ao estimar despesas

Ele rebate crítica de integrantes da atual administração de que foram subestimados os gastos orçamentários com pessoal e previdência

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB no Senado, rebateu as críticas de integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva segundo as quais houve subestimação de R\$ 8,9 bilhões nos gastos com pessoal e previdência, orçados pela equipe de Fernando Henrique Cardoso para este ano. Na visão dele, o atual governo precisa sair de um comportamento ambíguo e dizer claramente que o corte no Orçamento foi necessário,

porque há uma guerra iminente contra o Iraque e a dívida interna brasileira não pode explodir.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci – “a face Malan do governo Lula”, segundo o líder do PSDB –, fez o que precisava ser feito quando aumentou o superávit primário para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) e promoveu o ajuste no Orçamento deste ano, afirmou Virgílio. “Isso dá impopularidade”, acrescentou. As 14 me-



Para Arthur Virgílio, reforma previdenciária deveria ser enviada já na próxima semana, e não em junho

didias anunciadas na reunião ministerial da última segunda-feira, que preservam programas na área social, foram “cosméticas”, na avaliação do senador. Mas, para se justificar perante a ala radical do PT, segundo declarou, o governo Lula “sai com algo desonesto intelectualmente, que é colocar a culpa no governo passado”, disse o senador.

Ele lembrou que a oposição pode alterar a proposta orça-

mentária do governo Fernando Henrique Cardoso até à última etapa da sua tramitação no Congresso Nacional. “E de repente querem dizer para o deputado Babá (PT-PA) que não iam aumentar o superávit primário, mesmo sendo isso necessário”, comentou Virgílio.

O líder do PSDB disse ainda que a atitude do governo de cortar R\$ 14 bilhões no Orçamento deste ano para garantir a meta de superávit primário foi correta. Na visão dele, a equipe do presidente Lula devia deixar a ala radical do PT romper com o governo.

Na opinião de Arthur Virgílio, a proposta de reforma da Previdência deveria ser enviada já na próxima semana, início dos trabalhos da nova legislatura. Considerou que a reforma corre sério risco se for apresentada somente em junho, como pretende o governo, lembrando que há o recesso parlamentar em julho. “Não sei se há tempo político e lua-de-mel com o Congresso suficientes para votar as reformas”, afirmou.

Tião Viana elogia decisão do Executivo de preservar os investimentos da área social

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), elogiou a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de preservar os investimentos na área social, mesmo com o anúncio do corte de R\$ 14 bilhões no Orçamento da União para este ano. “O presidente Lula assume de maneira clara e objetiva a sua firmeza no envolvimento de todo o governo com a área social, a responsabilidade que tem o governo em diminuir a distância entre pobres e ricos neste país”, afirmou.

O corte orçamentário foi anunciado na última segunda-feira pelo governo para cobrir despesas e cumprir a meta de superávit primário, que subiu de 3,75%



Tião Viana prevê melhor desempenho da economia do país com adoção das 14 medidas anunciadas

do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,25%.

Após o anúncio do corte orçamentário, o governo também prometeu adotar 14 medidas na área social, que favorecem setores como agricultura, reforma agrária, energia elétrica e ampliação de

crédito para micro e pequenas empresas. Essas medidas, acrescentou Tião Viana em entrevista ao programa *Voz do Brasil*, têm por objetivo melhorar o desempenho da economia do país, dando prioridade para a ampliação dos programas sociais.



Álvaro Ribeiro conversa com Sarney a respeito da colaboração entre o Senado e a Advocacia Geral da União

Advogado-geral debate cooperação com Senado

O advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, fez ontem uma visita de cortesia ao presidente do Senado, José Sarney. “ Vim desejar êxito ao senador Sarney e conversar a respeito da colaboração entre o Senado e a Advocacia Geral da União”, informou ao final do encontro. Álvaro também comentou a decisão do governo do Rio de Janeiro de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a retenção de receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para saldar parcelas da dívida do estado com a União.

Liminar expedida pelo ministro Ilmar Galvão, do STF, havia determinado a liberação dos recursos retidos pelo governo federal, mas

foi derrubada por recurso impetrado pela AGU, que contestou a alegação de que o bloqueio ameaçava a continuidade de serviços essenciais.

– Trata-se de uma questão de legalidade, e não de boa ou má vontade por parte da União – afirmou Álvaro Ribeiro ao explicar a iniciativa da AGU. O advogado-geral da União não crê que outros estados em situação de aperto financeiro recorram a esse expediente, lembrando a validade jurídica do contrato de renegociação das dívidas estaduais com a União. “Isso não impede que seja negociado um acordo na área técnica”, ponderou.

A AGU presta consultoria e assessoramento jurídico à União.

Paim defende reajuste do salário mínimo para R\$ 240

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Congresso Nacional tem totais condições de elevar o valor do salário mínimo para R\$ 240. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, prevê o aumento do valor do mínimo para apenas R\$ 234, como resultado do corte de R\$ 14 bilhões para permitir o cumprimento do superávit primário de 4,25% do PIB.

Paim acredita que a elevação do salário mínimo para R\$ 240 é possível, pois existem condições técnicas e econômicas, sendo também politicamente e socialmente indispensável.

O senador lembra que na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na votação do Orçamento, os partidos já haviam fechado acordo. Paim concordou com os R\$ 240, já que naquele momento o governo anterior queria R\$ 211. Para o senador, ao reduzir o valor do salário mínimo



Paulo Paim disse que o presidente Lula também defende o salário mínimo de R\$ 240

acordado, os investimentos na área social seriam reduzidos. Ele disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe confirmou, na última quinta-feira, que o salário mínimo seria reajustado para R\$ 240.

“Estou há 16 anos no Congresso, e pelo que conheço da Casa o salário mínimo será aprovado em R\$ 240. Se for mantida a proposta de R\$ 234, o governo sofrerá um desgaste político desnecessário.”